



## TRAMA GOLPISTA

# Do voto que “lava a alma” ao que “não muda nada”

Manifestação de Fux é exaltada por advogados dos réus e bolsonaristas no Congresso e nas redes. Para governistas, divergência do ministro afasta discurso da “ditadura da toga”

» ALÍCIA BERNARDES  
» WAL LIMA  
» FABIO GRECCHI  
» VANILSON OLIVEIRA

O voto do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ação penal da trama golpista, serviu para aprofundar a polarização política e social. Se, de um lado, agradou aos advogados dos réus e foi exaltado pelos bolsonaristas, no Congresso e nas redes sociais, de outro mereceu críticas nos bastidores do STF e levou os governistas a enfatizarem que tal divergência desmonta a narrativa da extrema-direita de que há uma “ditadura da toga” no país.

Para Celso Vilardi, que coordena a defesa de Jair Bolsonaro — absolvido pelo ministro de todas as acusações —, Fux “lavou a alma”, pois, segundo ele, trata-se de uma vitória processual. “O voto acolheu, na íntegra, a tese da defesa. Foi absolutamente técnico e analisou as provas de maneira exaustiva”, explicou.

O advogado destacou o reconhecimento, no voto, da dificuldade de acesso às provas. “Fiquei feliz porque o ministro tratou o acesso a documentos como fundamental, algo já pacificado pela jurisprudência do STF”, observou, reiterando que Bolsonaro não participou da trama golpista. “Se prevalecer a tese da denúncia, seriam meros atos preparatórios, sem caráter de execução”, sustentou.

Na visão de Paulo da Cunha Bueno, outro advogado de Bolsonaro, o voto de Fux “entra para a história”. “Faz jus à reputação do ministro — um ministro de carreira, professor titular. É um voto comprometido, só e tão somente, com a boa técnica jurídica”, afirmou, ao sair do STF, antes mesmo do término da leitura de Fux.

Os advogados do tenente-coronel Mauro Cid definiram a manifestação do ministro — que condenou o militar apenas por tentativa de abolição violenta do Estado de Direito — como “muito além das expectativas”. Isso porque trabalhavam com a hipótese de que o ministro condenaria todos os réus, mas pediria penas mais baixas que as dos demais integrantes da Primeira Turma.

José Luís Oliveira, que representa o general Walter Braga Netto — condenado somente por tentativa de abolição violenta do Estado de Direito —, salientou que o voto de Fux chama a atenção para “uma questão fundamental, que é a incompetência do STF, ou da Primeira Turma, para julgar este processo. Isso macula o voto”. O defensor advertiu, ainda, sobre o suposto cerceamento de defesa observado pelo ministro.

“Disse isso da tribuna: não tivemos acesso integral aos autos. Recebemos cópia em junho e, depois, em julho, o que torna impossível garantir plenamente o direito de defesa. Mas precisamos aguardar até o fim. Um voto isolado tem impacto reduzido, pode mexer na questão da pena, mas não define o quadro. Isso aqui não é uma prova de 100 metros, é uma maratona. Hoje está sol, amanhã pode chover”, desconfia.

Já o advogado Matheus Milanez, que representa o general da reserva Augusto Heleno — absolvido por Fux de todas as acusações —, afirmou que a decisão fortalece a tese da incompetência do STF e do cerceamento de defesa. “Pela literalidade da Constituição, terminado o mandato (executivo ou legislativo), a competência desce para o primeiro grau. Vamos ver como os demais ministros se posicionam”, avaliou, acrescentando que, se reconhecida menor participação na trama, Heleno teria direito a redução de pena.

### Comemoração

Nas redes sociais, os bolsonaristas comemoraram o voto de Fux.

Gustavo Moreno/SCO/STF



Equipe de defesa de Bolsonaro: para Celso Vilardi (C), Fux “lavou a alma” dos advogados dos réus

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Oliveira Lima, defensor de Braga Netto: turma é “incompetente”

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) publicou que o ministro “nada mais está fazendo do que sendo juiz! Ao falar o óbvio, choca a assessoria de imprensa de Lula, que entende que os fins justificam os meios: se é contra Bolsonaro, vale tudo, inclusive torturar a lei e a Constituição. Fux honra a toga”, publicou no X (antigo Twitter).

O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) também repercutiu a decisão: “O Supremo Tribunal não é competente para julgar o caso. Não foi assegurado o direito à ampla defesa. Não há provas de que os vândalos tenham agido sob ordem ou orientação direta do ex-presidente”, postou, igualmente, no X.

Quem também se manifestou foi o relator da CPMI do INSS, o deputado bolsonarista Alfredo Gaspar (União Brasil-AL), sobre a decisão de Fux em suspender a ação penal contra o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ): “O ministro acolheu a minha tese, defendida em abril, quando atuei como relator do pedido de sustação da ação penal contra o deputado Delegado Ramagem”, publicou o parlamentar, que é ex-promotor de Justiça.

Na Câmara dos Deputados, os bolsonaristas exultaram com Fux. A deputada Bia Kicis (PL-DF) classificou a posição do ministro como a de um “juiz imparcial”. “O voto do ministro desmontou todo o teatrinho criado e protagonizado pelo Alexandre de Moraes e acompanhado pelo ministro (Flávio) Dino. Eles odeiam o Bolsonaro”, festejou.

O deputado Cabo Gilberto (PL-PB) também exaltou a manifestação do magistrado. Segundo ele, a decisão reafirma os limites constitucionais do Supremo. “Fux foi muito sábio, honrou a toga. Não é porque beneficia o Bolsonaro, mas porque defende a Constituição e o devido processo legal”, frisou.

### Sem alterações

Entre os governistas, porém, prevaleceu o entendimento de que a divergência de Fux não altera a gravidade das acusações. A deputada Erika Kokay (PT-DF) disse que a tentativa de golpe de Estado precisa ser punida com rigor. A deputada Maria do Rosário (PT-RS) também reforçou a necessidade de responsabilização, mas ponderou que a divergência confirma a lisura do processo. “A discordância do ministro era previsível. Só comprova, inclusive para aqueles que estão atacando o Brasil, que o julgamento é livre, justo e houve direito de defesa”, afirmou, citando o presidente norte-americano Donald Trump, que disse várias vezes que o processo da trama golpista é uma perseguição a Bolsonaro.

Para o deputado Rogério Correia (PT-MG), que acompanhou o julgamento no STF, a divergência de Fux confirma que o julgamento é justo. “A dissonância com o voto do relator mostra que houve pleno direito de defesa”, observou, acrescentando que o voto divergente, por enquanto, não impacta o objetivo de condenar Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado.

O deputado Ivan Valente (PSol-SP) classificou a manifestação de Fux de “cínica” e “contraditória”. Na visão do líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), a longa manifestação do ministro é “decepcionante” e perigosa para a democracia.

“É um voto que não se sustenta diante das provas e que acaba alimentando a narrativa dos bolsonaristas de que não houve golpe. Ele desrespeita os colegas do Supremo e a própria democracia brasileira”, salientou, acrescentando que a decisão do ministro apenas serve para dar fôlego à extrema-direita.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



## Fux questiona competência da 1ª Turma e absolve Bolsonaro

O voto do ministro Luiz Fux, no julgamento de Jair Bolsonaro e outros réus pela tentativa de golpe de Estado, surpreendeu não apenas pela dissidência em relação ao relator, Alexandre de Moraes, mas, sobretudo, pela radicalidade de suas consequências: ele defendeu a anulação integral do processo, sob o argumento de que a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) não teria competência para conduzi-lo. E no mérito das acusações, absolveu o ex-presidente de todos os crimes que lhe são imputados. O julgamento está 2 x 1 a favor da condenação.

Segundo Fux, a prerrogativa de foro, que fundamentaria a tramitação no Supremo, cessaria automaticamente com o término do mandato. Como os acusados já não exerciam cargos públicos quando a ação foi proposta, o STF estaria diante de uma “incompetência absoluta”. A frase surpreendeu a maioria da Primeira Turma, que já havia afirmado entendimento contrário no início da análise: de que o foro permanece quando os crimes são imputados ao tempo do exercício da função presidencial.

Mais do que um voto técnico, a manifestação de Fux abriu uma janela para a defesa de Bolsonaro alimentar sua narrativa de perseguição política e, futuramente, pedir a anulação do julgamento. O discurso do ministro, ao falar em nulidade e incompetência, deu mais legitimidade às críticas dos advogados de defesa — e, mais do que isso, uma narrativa para os aliados do Bolsonaro. Apesar de isolado, o voto pode servir de base para recursos futuros e para o discurso de vitimização do ex-presidente.

Do ponto de vista imediato, para o assunto ser remetido ao plenário do Supremo, será necessário que outro ministro acompanhasse Fux e abra caminho para embargos de divergência. Mas, mesmo sem isso, o voto dissidente aberto já é um “caminho das pedras” para uma eventual contestação da condenação no futuro. As defesas sabem que um voto dissidente basta para alimentar pedidos de revisão, ainda que em outros contextos ou com nova composição do tribunal.

O confronto técnico e político de Fux com Moraes não poderia ser mais evidente. Ao votar, o relator sustentou a manutenção da competência do STF, afirmando que os crimes têm nexos diretos com o exercício do mandato presidencial e com a tentativa de subversão da ordem democrática. Para Moraes, retirar o processo do Supremo significaria, em última análise, fragilizar a própria defesa do Estado de Direito.

Ao questionar também a remessa do caso à Primeira Turma, em vez do Plenário, Fux acentuou uma divergência institucional que, por si só, pode acabar provocando uma reapreciação do foro pelo plenário do Supremo, quando o ministro André Mendonça, aliado de Bolsonaro, assumir a presidência da Corte, no próximo ano. Argumentou que “a Constituição fala em plenário, não em turmas” e que reduzir a análise a apenas cinco ministros diminuiria a legitimidade da decisão. Essa crítica, embora de natureza procedimental, foi lida pelos colegas como uma desautorização à prática consolidada desde a resolução de 2023, que distribuiu ao colegiado menor os casos de ex-presidentes.

Os demais ministros da Corte, nos bastidores, comentavam que Fux mudou de posição radicalmente em relação ao mensalaço, por exemplo. Naquele julgamento, em 2012, foi quem mais acompanhou o relator Joaquim Barbosa nas condenações duras aos réus. Em 2016, na Lava-Jato, chegou a ser celebrado por procuradores e por Sergio Moro, que cunhou a célebre frase “In Fux we trust”, como fiador do rigor punitivo. Em 2021, já como presidente do STF, reagiu de forma dura aos ataques de Bolsonaro no 7 de Setembro, classificando-os como crime de responsabilidade e ato antidemocrático.

Agora, se tornou o mais “garantista” dos ministros. A incoerência não passou despercebida. Juristas lembraram que ele próprio, em outros julgamentos ligados ao 8 de Janeiro, não sustentou a mesma tese de incompetência do Supremo.

Esse deslocamento revela não apenas uma contradição pessoal, mas, também, a instabilidade jurisprudencial que marca a Suprema Corte brasileira. A crítica não é nova: decisões divergentes, em prazos curtos, sobre temas idênticos, corroem a previsibilidade e alimentam a percepção de parcialidade. O voto de Fux, ainda que juridicamente fundamentado, projeta mais incerteza sobre um processo e toca fogo na radicalização política do país.

Para a defesa de Bolsonaro, foi um presente inesperado: ainda que derrotado no mérito, o ex-presidente poderá alegar que houve ministro do Supremo reconhecendo nulidade insanável. Para a opinião pública, o gesto reforça a narrativa de perseguição, na medida em que mostra fissuras dentro do tribunal. Mas a maior repercussão, porém, será o reforço à narrativa do presidente Donald Trump e seus assessores de que Bolsonaro está sendo perseguido, a liberdade está sendo ameaçada e de que a Corte age ditatorialmente, embora a dissidência de Fux e o voto diferenciado do ministro Flávio Dino, na terça-feira, seja a demonstração de que está havendo um julgamento de verdade, sem cartas marcadas.



**Precisamos aguardar até o fim. Um voto isolado tem impacto reduzido, pode mexer na questão da pena, mas não define o quadro. Isso aqui não é uma prova de 100 metros, é uma maratona. Hoje está sol, amanhã pode chover”**

José Luís Oliveira, advogado do general Walter Braga Netto



**A discordância era previsível. Só comprova, inclusive para aqueles que estão atacando o Brasil, que o julgamento é justo e houve direito de defesa**

Deputada Maria do Rosário (PT-RS)



**Ao falar o óbvio, choca a assessoria de imprensa de Lula, que entende que os fins justificam os meios: se é contra Bolsonaro, vale tudo, inclusive torturar a lei e a Constituição. Fux honra a toga”**

Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ)